

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

Professor-associado da Faculdade de Direito da UFMT. Pós-Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Clássica de Lisboa. Doutor *summa cum laude* em Direito Internacional pela UFRGS. Mestre em Direito pela Unesp, *campus* de Franca. Membro da Comissão Especial de Direito Internacional do Conselho Federal da OAB. Advogado e Consultor Jurídico.

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO



revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 09.01.2023

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Fabricio Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

Mazzuoli, Valerio de Oliveira

Curso de direito internacional público / Valerio de Oliveira Mazzuoli. – 15. ed., – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-587-9

1. Direito internacional público. I. Título.

22-79485

CDU: 341.1/8



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

Abreviaturas e Siglas Usadas.....	XXXV
-----------------------------------	------

PARTE I TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Capítulo I INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – A Sociedade Internacional	3
1. O que é o Direito Internacional Público?.....	3
2. Sociedade e comunidade.....	4
3. Ordem jurídica da sociedade internacional.....	8
Seção II – Gênese e Estado Atual do Direito Internacional Público	10
1. Introdução	10
2. Origens históricas do Direito Internacional Público	10
3. Tendências evolutivas do Direito Internacional.....	15
4. O Direito Internacional Público nos dias atuais.....	18
5. O ensino do Direito Internacional Público.....	19
Seção III – Conceito, Denominações e Divisões.....	21
1. Conceito.....	21
a) <i>Critério dos sujeitos intervenientes</i>	23
b) <i>Critério das matérias reguladas</i>	23
c) <i>Critério das fontes normativas</i>	23
2. Denominações	25
3. Divisões.....	27
4. Aplicação internacional e interna.....	28

Capítulo II

RELAÇÕES ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E O DIREITO INTERNO ESTATAL

1. Propositura do problema.....	31
2. Dualismo	33
3. Críticas à doutrina dualista	37
4. Monismo.....	38
a) <i>Monismo nacionalista</i>	40
b) <i>Monismo internacionalista</i>	41
c) <i>Monismo internacionalista dialógico</i>	46
5. Doutrinas conciliatórias	49
6. As relações entre o Direito Internacional e o Direito interno no direito constitucional comparado	49
a) <i>Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno sem disposição de primazia</i>	50

b) Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno com a primazia do primeiro	52
c) Cartas Constitucionais que não contêm disciplinamento acerca das relações entre o Direito Internacional e o Direito interno	55

Capítulo III

FUNDAMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Introdução	57
2. Doutrinas.....	58
a) Doutrina voluntarista.....	58
b) Doutrina objetivista.....	60
3. Fundamento do Direito Internacional na norma <i>pacta sunt servanda</i>	60

Capítulo IV

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Fontes Primárias	65
1. Introdução	65
2. Fontes materiais e formais.....	66
3. Rol originário das fontes do Direito Internacional Público.....	68
4. Os tratados internacionais.....	70
5. O costume internacional	72
a) Conceito de costume internacional	73
b) Elementos formadores do costume	74
b.1) Elemento material ou objetivo	74
b.2) Elemento psicológico ou subjetivo.....	75
c) Processos (clássico e contemporâneo) de formação do costume.....	77
d) Extensão geográfica do costume	77
e) Hierarquia entre costumes e tratados internacionais	78
f) Prova do costume	79
g) Interpretação do costume.	80
h) O problema dos novos Estados	82
i) A (im)possibilidade jurídica da teoria do “objeto persistente”	82
j) Aplicação direta do costume internacional na ordem interna.....	84
6. Os princípios gerais de direito	85
Seção II – Meios Auxiliares e Novas Fontes.....	89
1. Introdução	89
2. Jurisprudência.....	89
3. Doutrina dos publicistas.....	92
4. Analogia e equidade.....	93
5. Atos unilaterais dos Estados.....	96
a) Atos autonormativos.....	99
b) Atos heteronormativos.....	101
6. Decisões das organizações internacionais.....	101

7. Atos unilaterais transnacionais.....	108
8. Obrigações <i>erga omnes, jus cogens e soft law</i>	109
a) <i>As obrigações erga omnes</i>	110
b) <i>O jus cogens internacional</i>	113
c) <i>O fenômeno da soft law na atualidade</i>	118

Capítulo V

DIREITO DOS TRATADOS

Seção I – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1969.....	123
1. Introdução.....	123
2. Antecedentes históricos.....	124
3. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.....	126
4. Desmembrando o conceito de tratado internacional.....	129
a) <i>Acordo internacional</i>	130
b) <i>Celebrado por escrito</i>	131
c) <i>Concluído entre Estados ou organizações internacionais</i>	132
d) <i>Regido pelo Direito Internacional</i>	135
e) <i>Celebrado em instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos</i>	136
f) <i>Ausência de denominação específica</i>	137
5. Terminologia dos tratados.....	137
a) <i>Tratado</i>	138
b) <i>Convenção</i>	138
c) <i>Pacto</i>	139
d) <i>Acordo</i>	139
e) <i>Acordo por troca de notas</i>	139
f) <i>Acordo em forma simplificada ou acordo do executivo</i>	140
g) <i>“Gentlemen’s agreements”</i>	141
h) <i>Carta</i>	142
i) <i>Protocolo</i>	142
j) <i>Ato ou ata</i>	142
k) <i>Declaração</i>	142
l) <i>“Modus vivendi”</i>	143
m) <i>Arranjo</i>	143
n) <i>Concordata</i>	143
o) <i>Reversais ou notas reversais</i>	144
p) <i>Ajuste ou acordo complementar</i>	144
q) <i>Convênio</i>	144
r) <i>Compromisso</i>	144
s) <i>Estatuto</i>	144
t) <i>Regulamento</i>	144
u) <i>Código</i>	145
v) <i>Constituição</i>	145
w) <i>Contrato</i>	145

6.	Estrutura dos tratados.....	145
	a) O título.....	146
	b) O preâmbulo ou exórdio.....	146
	c) O articulado (ou dispositivo).....	146
	d) O fecho.....	146
	e) A assinatura.....	146
	f) O selo de lacre.....	147
7.	Classificação dos tratados.....	147
	a) Quanto ao número de partes.....	147
	b) Quanto ao tipo de procedimento utilizado para a sua conclusão.....	149
	c) Quanto à possibilidade de adesão.....	152
	d) Quanto à natureza jurídica.....	152
	e) Quanto à execução no tempo.....	156
	f) Quanto à execução no espaço.....	156
	g) Quanto à estrutura da execução.....	157
8.	Processo de formação dos tratados.....	157
9.	Desmembrando as fases internacionais da formação dos tratados.....	162
	a) As negociações preliminares.....	162
	b) A adoção do texto.....	165
	c) A autenticação.....	167
	d) A assinatura.....	169
	e) A ratificação.....	173
	f) A adesão.....	187
10.	Reservas aos tratados multilaterais.....	190
	a) Conceito e formulação das reservas.....	190
	b) Limites às reservas.....	192
	c) Procedimento das reservas.....	194
	d) Distinção entre reservas e outros atos não reservativos.....	195
	e) Aceitação e objeção das reservas.....	196
	f) Efeitos das reservas.....	197
	g) O problema das reservas e das emendas no âmbito interno.....	198
11.	Emendas e modificações aos tratados.....	201
12.	Entrada em vigor e aplicação provisória dos tratados.....	204
	a) Entrada em vigor dos tratados.....	204
	b) Aplicação provisória dos tratados.....	205
13.	Registro e publicidade dos tratados.....	206
14.	Observância e aplicação dos tratados.....	208
	a) Observância (ou cumprimento) dos tratados.....	208
	b) Aplicação dos tratados (no tempo e no espaço).....	213
15.	Interpretação dos tratados.....	215
	a) Regra geral de interpretação.....	216
	b) Meios suplementares de interpretação.....	218

c)	<i>Interpretação de tratados autenticados em duas ou mais línguas</i>	219
d)	<i>Sistemas de interpretação</i>	220
d.1)	<i>Interpretação internacional</i>	221
d.2)	<i>Interpretação interna</i>	222
d.3)	<i>Interpretação doutrinária</i>	222
e)	<i>A interpretação dos tratados de direitos humanos</i>	223
16.	<i>Os tratados e os terceiros Estados</i>	223
a)	<i>Efeito difuso de reconhecimento de uma situação jurídica objetiva</i>	224
b)	<i>Efeito de fato de repercussão sobre terceiro Estado das consequências de um tratado</i>	224
c)	<i>Efeito jurídico na atribuição de obrigações e na concessão de direitos a terceiros Estados</i>	225
c.1)	<i>Tratados que criam obrigações para terceiros Estados</i>	226
c.2)	<i>Tratados que criam direitos para terceiros Estados</i>	227
17.	<i>Vícios do consentimento e nulidade dos tratados</i>	228
a)	<i>Anulabilidade do consentimento</i>	229
b)	<i>Nulidade do consentimento</i>	231
c)	<i>Nulidade dos tratados</i>	231
18.	<i>O jus cogens e o tema da nulidade dos tratados</i>	234
a)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens anterior</i>	235
b)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens posterior</i>	236
c)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens existente antes da entrada em vigor da Convenção de Viena</i>	238
d)	<i>Procedimento relativo à nulidade ou extinção de tratado em conflito com norma de jus cogens</i>	239
19.	<i>A inconstitucionalidade dos tratados</i>	240
a)	<i>Concepção constitucionalista</i>	241
b)	<i>Concepção internacionalista</i>	242
c)	<i>Concepção conciliatória</i>	243
d)	<i>A solução adotada pela Convenção de Viena de 1969</i>	244
20.	<i>O conflito entre tratados sucessivos</i>	249
21.	<i>Extinção dos tratados</i>	252
a)	<i>Expiração do termo pactuado</i>	254
b)	<i>Condição resolutiva</i>	254
c)	<i>Execução integral do objeto do tratado</i>	255
d)	<i>O tratado posterior</i>	256
e)	<i>Violação grave do tratado</i>	256
f)	<i>Impossibilidade superveniente e mudança fundamental das circunstâncias</i>	258
f.1)	<i>Impossibilidade superveniente de cumprimento do tratado</i>	258
f.2)	<i>Mudança fundamental das circunstâncias</i>	259
g)	<i>Rompimento das relações diplomáticas e consulares</i>	260
h)	<i>O estado de guerra</i>	260
i)	<i>Suspensão da execução de um tratado em virtude de suas disposições ou pelo consentimento das partes</i>	261

22. A denúncia dos tratados	262
a) <i>A denúncia na Convenção de Viena de 1969</i>	262
b) <i>O problema da denúncia no Direito interno brasileiro</i>	265
23. Consequências do consentimento viciado, da nulidade, extinção e suspensão da execução de um tratado	271
24. A questão dos memorandos de entendimentos (MOUs).....	272
a) <i>A redação dos memorandos</i>	273
b) <i>Inexistência de aprovação parlamentar</i>	274
c) <i>Falta de registro nas Nações Unidas</i>	274
d) <i>Confidencialidade</i>	274
e) <i>Conclusão sobre a sua natureza jurídica</i>	275
Seção II – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1986.....	275
1. Introdução.....	275
2. Histórico e situação atual da Convenção de 1986.....	276
3. Similitude entre as convenções de 1969 e de 1986.....	277
4. Capacidade das organizações internacionais para concluir tratados	278
5. Alguns tratados abrangidos pela Convenção de 1986.....	279
a) <i>Acordos de sede</i>	279
b) <i>Acordos sobre privilégios e imunidades</i>	279
c) <i>Acordos para a instalação de órgãos vinculados à organização em Estados</i>	279
d) <i>Acordos para a realização de encontros e promoção de cooperação entre organizações internacionais</i>	280
e) <i>Acordos para a realização de conferências de organizações internacionais em Estados</i>	280
Seção III – Processualística Constitucional de Celebração de Tratados no Brasil	280
1. Introdução.....	280
2. A Constituição brasileira de 1988 e o poder de celebrar tratados	283
3. O relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo no processo de conclusão de tratados.....	290
4. O papel do Congresso Nacional no processo de celebração de tratados	296
5. Procedimento interno nas casas do Congresso Nacional	301
6. Prática brasileira para a entrada em vigor dos tratados	303
7. Efeitos da internalização dos tratados na ordem jurídica nacional.....	311
8. Autoridades públicas responsáveis pela execução dos tratados.....	312
Seção IV – O Conflito entre Tratado e Norma de Direito Interno.....	313
1. O caso brasileiro	313
2. Paridade normativa dos tratados comuns declarada pelo STF	315
3. Nosso posicionamento frente à posição do STF	321
4. Controle jurisdicional da convencionalidade das leis.....	325
a) <i>Doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano</i>	326
b) <i>Controle de convencionalidade no Direito brasileiro</i>	331
b.1) <i>Controle concentrado de convencionalidade</i>	332
b.2) <i>Controle difuso de convencionalidade</i>	335

Seção V – Dos Tratados em Matéria Tributária	338
1. Propositura do problema.....	338
2. O art. 98 do Código Tributário Nacional	339
3. A questão das isenções de tributos estaduais e municipais por meio de tratados	344

Capítulo VI

CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Introdução	349
2. Propósito da codificação	349
3. A regra da Carta da ONU.....	350
4. Tentativas de codificação do Direito Internacional Público.....	352
5. Estado atual da codificação do Direito Internacional Público	353
Plano da Parte II.....	354

PARTE II

PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

Capítulo I

OS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Introdução	357
2. Classificação dos sujeitos.....	359
3. Os Estados	359
4. Coletividades interestatais.....	360
5. Coletividades não estatais	361
a) <i>Beligerantes</i>	361
b) <i>Insurgentes</i>	362
c) <i>Os movimentos de libertação nacional</i>	362
d) <i>A Soberana Ordem Militar de Malta</i>	363
6. A Santa Sé e o Estado da Cidade do Vaticano	364
a) <i>A Santa Sé</i>	364
b) <i>O Estado da Cidade do Vaticano</i>	369
c) <i>A questão das concordatas</i>	371
7. Comitê Internacional da Cruz Vermelha	373
a) <i>Gênese</i>	373
b) <i>Funcionamento</i>	373
c) <i>Natureza jurídica</i>	374
8. Os indivíduos	375
9. Sujeitos não formais do Direito Internacional.....	380
a) <i>Empresas transnacionais</i>	380
b) <i>A mídia global</i>	382
10. Plano dos capítulos seguintes.....	382

Capítulo II

O ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Formação e Extinção do Estado	383
1. Introdução	383

2.	Conceito e elementos constitutivos do Estado	384
	a) <i>Comunidade de indivíduos</i>	385
	b) <i>Território fixo e determinado</i>	387
	c) <i>Governo autônomo e independente</i>	390
	d) <i>Finalidade</i>	392
3.	Formação do Estado.....	392
	a) <i>Fundação direta</i>	393
	b) <i>Emancipação</i>	393
	c) <i>Separação ou desmembramento</i>	394
	d) <i>Fusão</i>	395
4.	Reconhecimento de Estado e de governo.....	395
	a) <i>Individual ou coletivo</i>	401
	b) <i>De direito (de jure) ou de fato (de facto)</i>	401
	c) <i>Expresso ou tácito</i>	402
	d) <i>Incondicionado ou condicionado</i>	402
	e) <i>Reconhecimentos especiais</i>	403
	e.1) <i>Reconhecimento de beligerância</i>	403
	e.2) <i>Reconhecimento de insurgência</i>	404
	e.3) <i>Reconhecimento como Nação</i>	405
	e.4) <i>Reconhecimento de governo</i>	405
	e.4.1) <i>Doutrina Tobar</i>	408
	e.4.2) <i>Doutrina Estrada</i>	408
5.	Classificação dos Estados	409
	5.1) <i>Estados simples ou unitários</i>	410
	5.2) <i>Estados compostos</i>	410
	5.2.1) <i>Estados compostos por coordenação</i>	411
	a) <i>União Pessoal</i>	411
	b) <i>União Real</i>	412
	c) <i>União Incorporada</i>	413
	d) <i>Confederação de Estados</i>	413
	e) <i>Estado Federal</i>	414
	f) <i>Associações “sui generis”</i>	417
	5.2.2) <i>Estados compostos por subordinação</i>	418
	a) <i>Estados vassalos</i>	418
	b) <i>Estados protegidos ou protetorados</i>	419
	c) <i>Estados clientes</i>	420
	d) <i>Territórios não autônomos</i>	421
	e) <i>Territórios sob tutela</i>	422
	f) <i>Estados permanentemente neutros</i>	424
6.	Extinção dos Estados	424
	a) <i>Anexação total</i>	425
	b) <i>Anexação parcial</i>	425
	c) <i>Fusão</i>	426
	d) <i>Divisão ou desmembramento</i>	426

7. Sucessão de Estados	426
a) <i>Efeitos da sucessão quanto aos tratados</i>	428
b) <i>Efeitos da sucessão quanto à nacionalidade</i>	429
c) <i>Efeitos da sucessão quanto às obrigações financeiras</i>	430
d) <i>Efeitos da sucessão quanto à legislação interna</i>	431
e) <i>Efeitos da sucessão quanto ao domínio do Estado</i>	431
f) <i>Efeitos da sucessão quanto à participação em organizações internacionais</i>	432
8. Sucessão de organizações internacionais	432
Seção II – Domínio Terrestre do Estado	433
1. Introdução	433
2. Conceito e natureza.....	434
3. Fronteiras e limites	435
4. Modos de aquisição de território	439
a) <i>Ocupação</i>	439
b) <i>Acessão</i>	441
c) <i>Cessão</i>	442
d) <i>Prescrição aquisitiva</i>	443
e) <i>Conquista e anexação</i>	445
Seção III – Direitos e Deveres dos Estados	446
1. Introdução	446
2. Direitos básicos dos Estados	447
a) <i>Direito de conservação e defesa</i>	448
b) <i>Direito à liberdade e à soberania</i>	449
c) <i>Direito à igualdade</i>	453
d) <i>Direito ao comércio internacional</i>	455
3. Restrições aos direitos fundamentais dos Estados.....	456
a) <i>Capitulações</i>	456
b) <i>Garantias internacionais</i>	457
c) <i>Servidões internacionais</i>	457
d) <i>Concessões</i>	458
e) <i>Arrendamento de território</i>	458
f) <i>Condomínio</i>	459
g) <i>Neutralidade permanente</i>	461
h) <i>Neutralização de territórios</i>	461
4. Deveres dos Estados.....	462
a) <i>Deveres morais</i>	462
b) <i>Deveres jurídicos</i>	463
5. O dever de não intervenção	463
6. A doutrina Monroe	465
7. A doutrina Drago	466
Seção IV – Imunidade à Jurisdição e à Execução Estatal.....	468
1. Introdução	468
2. Diplomacia e serviço consular.....	469

3.	Prerrogativas e imunidades diplomáticas.....	470
a)	<i>Prerrogativas e imunidades da missão</i>	470
b)	<i>Privilégios e imunidades dos agentes diplomáticos</i>	471
b.1)	<i>Inviolabilidade pessoal e domiciliar</i>	472
b.2)	<i>Imunidade jurisdicional</i>	472
b.3)	<i>Isenção fiscal</i>	474
4.	Imunidade penal do pessoal da missão diplomática	476
5.	Privilégios e imunidades consulares	480
6.	Imunidade de jurisdição do Estado	482
7.	O abuso da imunidade diplomática	491
8.	Imunidade de jurisdição do Estado em matéria trabalhista	492
9.	Imunidade de execução	498
a)	<i>Dos agentes do Estado</i>	499
b)	<i>Dos organismos internacionais</i>	499
c)	<i>Do próprio Estado</i>	500
Seção V – Responsabilidade Internacional dos Estados		501
1.	Introdução	501
2.	Projeto de convenção internacional da ONU.....	502
3.	Conceito de responsabilidade internacional.....	503
4.	Características da responsabilidade internacional.....	505
5.	Proteção diplomática	506
6.	Elementos constitutivos da responsabilidade	509
a)	<i>O ato internacionalmente ilícito</i>	509
b)	<i>A imputabilidade ou nexo causal</i>	509
c)	<i>O prejuízo ou dano</i>	510
7.	Formas de responsabilidade internacional	511
8.	Natureza jurídica da responsabilidade internacional	512
9.	Órgãos internos e responsabilidade internacional.....	513
a)	<i>Atos do Executivo</i>	514
b)	<i>Atos do Legislativo</i>	516
c)	<i>Atos do Judiciário</i>	518
d)	<i>Atos dos indivíduos</i>	519
10.	Prévio esgotamento dos recursos internos.....	520
11.	Apresentação de reclamações	522
12.	Excludentes da responsabilidade.....	523
a)	<i>Consentimento do Estado</i>	523
b)	<i>Legítima defesa</i>	524
c)	<i>Contra medidas</i>	524
d)	<i>Força maior</i>	525
e)	<i>Perigo extremo</i>	525
f)	<i>Estado de necessidade</i>	525
g)	<i>Renúncia do indivíduo lesado</i>	526

13. Meios de reparação pela violação de uma obrigação internacional	527
Seção VI – Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais	528
1. Introdução	528
2. Chefes de Estado.....	528
a) <i>Privilégios pessoais</i>	530
b) <i>Imunidade em matéria penal</i>	530
c) <i>Imunidade em matéria civil</i>	530
d) <i>Imunidade de polícia e tributos</i>	531
3. Ministro das Relações Exteriores	531
4. Agentes diplomáticos	532
5. Os cônsules e funcionários consulares	536
6. Delegações junto às organizações internacionais.....	539

Capítulo III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS INTERGOVERNAMENTAIS

Seção I – Teoria Geral das Organizações Internacionais	541
1. Introdução	541
2. Definição.....	543
3. Características.....	545
4. Classificação	547
5. Personalidade jurídica internacional	549
6. Processo decisório	551
a) <i>Sistema da unanimidade</i>	552
b) <i>Sistema da dissidência</i>	552
c) <i>Sistema do voto ponderado</i>	552
d) <i>Sistema da maioria simples e da maioria qualificada</i>	552
7. Diferenças de fundo	552
8. Sede da organização	553
9. Admissão de novos membros	553
10. Representação dos Estados-membros	555
11. Sanções aos Estados-membros	556
12. Retirada voluntária dos Estados-membros	558
13. Ordem jurídica das organizações internacionais	559
14. A questão das imunidades.....	560
15. O pessoal paradiplomático.....	563
Seção II – A Organização das Nações Unidas	564
1. Origem histórica.....	564
2. Propósitos e finalidades específicas das Nações Unidas	565
3. Membros das Nações Unidas.....	565
4. Segurança coletiva e supremacia da Carta da ONU	566
5. Os órgãos das Nações Unidas	567
a) <i>Assembleia Geral</i>	567
b) <i>Conselho de Segurança</i>	568
c) <i>Corte Internacional de Justiça</i>	572
d) <i>Conselho Econômico e Social</i>	573

e) Conselho de Tutela.....	574
f) Secretariado.....	575
6. Organismos especializados	576
a) Organismos internacionais de cooperação econômica:.....	577
a.1) Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).....	577
a.2) Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)	577
a.3) Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI).....	578
a.4) Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).....	578
a.5) Organização Mundial do Comércio (OMC)	578
b) Organismos internacionais de cooperação social:.....	579
b.1) Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	579
b.2) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).....	580
b.3) Organização Mundial de Saúde (OMS)	580
c) Organismos internacionais de cooperação em comunicações.....	580
c.1) União Internacional de Telecomunicações (UIT).....	580
c.2) Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).....	581
c.3) União Postal Universal (UPU).....	581
c.4) Organização Marítima Internacional (OMI).....	581
d) Organismos internacionais de finalidade específica:.....	582
d.1) Organização Meteorológica Mundial (OMM).....	582
d.2) Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)	582
d.3) Organização Mundial do Turismo (OMT)	583
d.4) Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ)	583
7. Revisão da Carta da ONU	584
Seção III – Organizações Regionais e Supranacionais	584
1. Organizações regionais.....	584
2. Organizações supranacionais.....	585
3. A União Europeia	587
4. Mercado Comum do Sul (Mercosul)	589
a) Conselho do Mercado Comum (CMC).....	591
b) Grupo Mercado Comum (GMC).....	591
c) Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)	592
d) Parlamento do Mercosul (Parlasul)	592
e) Foro Consultivo Econômico-Social (FCES)	593
f) Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).....	593
5. União das Nações Sul-Americanas (Unasul).....	595
Seção IV – Organização dos Estados Americanos.....	598
1. Introdução	598
2. Estrutura da Carta da OEA.....	599
3. Natureza, propósitos e princípios.....	600
4. Membros da OEA.....	601
5. Direitos e deveres fundamentais dos Estados-partes da OEA.....	602

6. Solução pacífica de controvérsias.....	603
7. Órgãos da OEA.....	603
a) <i>Assembleia Geral</i>	603
b) <i>Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores</i>	604
c) <i>Os Conselhos</i>	605
d) <i>Comissão Jurídica Interamericana</i>	606
e) <i>Comissão Interamericana de Direitos Humanos</i>	607
f) <i>Secretaria-Geral</i>	607
8. Conferências especializadas.....	608
9. Organismos especializados	609

Capítulo IV

OS INDIVÍDUOS E O DIREITO INTERNACIONAL

Seção I – Nacionalidade do Indivíduo.....	611
1. Jurisdição do Estado.....	611
2. Conceito de nacionalidade.....	611
3. Nacionalidade e cidadania	615
4. Nacionalidade originária e adquirida	618
5. A nacionalidade de origem.	625
a) <i>Jus sanguinis</i>	626
b) <i>Jus soli</i>	626
c) <i>Sistema misto</i>	626
6. Aquisição da nacionalidade	627
a) <i>Aquisição pelo casamento</i>	627
b) <i>Aquisição pela naturalização</i>	628
7. A nacionalidade brasileira.....	631
a) <i>Brasileiros natos</i>	631
b) <i>Brasileiros naturalizados</i>	641
8. Perda da nacionalidade brasileira.....	645
a) <i>Causas de perda da nacionalidade brasileira</i>	645
b) <i>Perda da nacionalidade do brasileiro nato</i>	646
c) <i>Perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado</i>	649
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira.....	652
10. Estatuto da igualdade entre brasileiros e portugueses.....	654
Seção II – Condição Jurídica do Estrangeiro.....	657
1. Conceito de estrangeiro	657
2. Admissão do estrangeiro no território nacional	658
3. Títulos de ingresso dos estrangeiros	660
4. Direitos dos estrangeiros	663
5. Exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal.....	667
a) <i>Repatriação</i>	667
b) <i>Deportação</i>	668
c) <i>Expulsão</i>	670
6. Extradicação.....	676

a) Conceito e entendimento.....	676
b) Fontes do direito extradicional.....	678
c) Natureza jurídica.....	679
d) Condições gerais para a concessão.....	680
e) Modalidades de extradição.....	681
f) Extradição sem tratado.....	682
g) Procedimento extradicional no Brasil.....	685
h) Extradição monocrática.....	691
i) Entrega do extraditando ao Estado requerente.....	692
j) Casos de vedação da extradição.....	693
k) O problema da prisão perpétua e da pena de morte.....	696
l) Transferência de execução da pena.....	698
7. Asilo territorial e asilo diplomático.....	700
a) Asilo territorial.....	701
b) Asilo diplomático.....	704
8. Refúgio.....	708
a) Regulamentação internacional.....	710
b) Regulamentação interna.....	712
Plano da Parte III.....	715

PARTE III DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

Capítulo I ZONAS POLARES

1. Introdução.....	719
2. O Polo Norte.....	720
3. A Antártica.....	722

Capítulo II O MAR

Seção I – Águas Interiores, Mar Territorial e Zona Contígua.....	725
1. Introdução.....	725
2. Águas interiores.....	727
3. Mar territorial.....	730
a) Conceito.....	731
b) Passagem inocente.....	732
c) Delimitação.....	733
4. Zona contígua.....	734
5. Estreitos.....	735
6. Canais internacionais.....	737
7. Estados Arquipélagos.....	738
8. Situação jurídica dos navios.....	738
a) Embarcações públicas brasileiras (ou a serviço oficial do Brasil).....	740
b) Embarcações privadas brasileiras (ou públicas quando utilizadas para fins comerciais).....	740

c) <i>Embarcações públicas estrangeiras (ou a serviço oficial do governo estrangeiro)</i>	740
d) <i>Embarcações privadas estrangeiras</i>	741
Seção II – Zona Econômica Exclusiva.....	741
1. Entendimento.....	741
2. Regulamentação internacional e interna.....	742
3. Direitos, deveres e jurisdição do Estado costeiro.....	742
4. Direitos de terceiros Estados.....	743
Seção III – Plataforma Continental e Fundos Marinhos.....	744
1. Plataforma continental.....	744
2. Fundos marinhos.....	746
Seção IV – Rios Internacionais.....	747
1. Conceito.....	747
2. Exercício da jurisdição estatal.....	749
3. Rio Amazonas e o Tratado da Bacia do Prata.....	750
4. Outros regimes internacionais.....	750
Seção V – O alto-mar.....	751
1. Importância da matéria.....	751
2. Conceito de alto-mar.....	751
3. O regime jurídico do alto-mar.....	752
a) <i>Liberdade de navegação e sobrevoos</i>	752
b) <i>Liberdade de pesca</i>	753
c) <i>Direito de efetuar instalações de cabos submarinos e oleodutos</i>	753
d) <i>Direito (limitado) de aproveitamento dos recursos existentes no fundo do mar e no subsolo correspondente</i>	753
4. Limites à liberdade do alto-mar.....	753
5. Acesso ao alto-mar pelos Estados sem litoral.....	754
6. Deveres dos Estados no alto-mar.....	755

Capítulo III

O ESPAÇO AÉREO E EXTRA-ATMOSFÉRICO

Seção I – O Espaço Aéreo.....	759
1. Introdução.....	759
2. Normativa internacional.....	759
3. Princípios elementares.....	760
4. As cinco liberdades do ar.....	761
5. Situação jurídica das aeronaves.....	762
a) <i>Aeronaves públicas brasileiras (ou a serviço oficial do Brasil)</i>	763
b) <i>Aeronaves privadas brasileiras (ou estatais que se destinam à atividade privada)</i>	763
c) <i>Aeronaves públicas estrangeiras (ou a serviço oficial do governo estrangeiro)</i>	764
d) <i>Aeronaves privadas estrangeiras</i>	764
6. Segurança no ar.....	764
Seção II – O Espaço Extra-Atmosférico.....	764
1. Origens da regulamentação internacional.....	764

2. Natureza jurídica do espaço extra-atmosférico.....	765
3. Normativa internacional	765
Plano da Parte IV	766

PARTE IV

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E DO MEIO AMBIENTE

Capítulo I

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Seção I – O Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	769
1. Generalidades	769
2. Direitos do homem, direitos fundamentais e direitos humanos.....	770
a) <i>Direitos do homem</i>	770
b) <i>Direitos fundamentais</i>	771
c) <i>Direitos humanos</i>	771
3. Características dos direitos humanos	773
a) <i>Historicidade</i>	773
b) <i>Universalidade</i>	773
c) <i>Essencialidade</i>	773
d) <i>Irrenunciabilidade</i>	774
e) <i>Inalienabilidade</i>	774
f) <i>Inexauribilidade</i>	774
g) <i>Imprescritibilidade</i>	774
h) <i>Vedação do retrocesso</i>	774
4. A questão das “gerações” (ou dimensões) de direitos.....	775
5. Críticas ao sistema geracional de direitos	776
6. Gênese do direito internacional dos direitos humanos.....	777
7. O Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	780
8. Tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro	783
a) <i>As incongruências do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	789
b) <i>Em que momento do processo de celebração de tratados tem lugar o § 3º do art. 5º da Constituição?</i>	793
c) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da entrada em vigor da Emenda nº 45/2004</i>	798
d) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (se anterior ou posterior à entrada em vigor da Emenda nº 45/2004)</i>	809
e) <i>Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos independentemente da regra do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	810
9. Os tratados internacionais de direitos humanos nas Constituições latino-americanas.....	811
Seção II – O Direito da Carta da ONU	815
1. A regra das Nações Unidas.....	815
2. Ausência de definição da expressão “direitos humanos”	817
3. Um passo rumo à Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	817
Seção III – Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	818
1. Introdução	818

2. Estrutura da Declaração Universal.....	819
3. Natureza jurídica da Declaração Universal de 1948	821
4. Relativismo <i>versus</i> universalismo cultural	824
5. Impacto (internacional e interno) da Declaração Universal de 1948.....	827
Seção IV – Os Pactos de Nova York de 1966	827
1. A criação dos mecanismos de proteção.....	827
2. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	830
3. Protocolo Facultativo ao Pacto sobre Direitos Civis e Políticos.....	832
4. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	834
5. Protocolo Facultativo ao Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	839
6. Plano das seções seguintes	839
Seção V – Sistema Regional Interamericano	840
1. Introdução	840
2. Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	841
3. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	845
4. Corte Interamericana de Direitos Humanos	850
5. Processamento do Estado perante a Corte.....	853
6. Eficácia interna das sentenças proferidas pela CIDH.....	857
7. O problema da execução das sentenças da CIDH no Brasil.....	859
8. Eficácia da sentença para terceiros Estados	863
Seção VI – Sistema Regional Europeu.....	865
1. Introdução	865
2. A Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	867
3. A Corte Europeia de Direitos Humanos	872
4. Aperfeiçoamento institucional do sistema europeu.	881
5. Simetrias e assimetrias entre os sistemas europeu e interamericano de direitos humanos.	884
6. Conclusão.	886
Seção VII – Sistema Regional Africano.....	886
1. Introdução	886
2. A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	887
3. A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	892
4. A Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	894
5. Conclusão	897
Seção VIII – Direitos Humanos no Mundo Árabe	898
1. Introdução	898
2. Desenvolvimento.	898
3. Instrumentos.....	899
4. Órgãos de proteção.....	899
5. Conclusão	900
Seção IX – Direitos Humanos na Ásia.....	900
1. Introdução	900
2. Declaração de Direitos Humanos da ASEAN.....	901
3. Inefetividade da proteção	901

Seção X – Estatuto de Romado Tribunal Penal Internacional.....	902
1. Introdução	902
2. Precedentes históricos da criação do TPI.....	902
a) <i>crimes contra a paz</i>	905
b) <i>Crimes contra a humanidade</i>	905
c) <i>crimes contra a humanidade</i>	905
3. Criação e características do TPI	908
4. Estrutura e funcionamento do TPI	912
5. Competência material do TPI.....	916
a) <i>Crime de genocídio</i>	916
b) <i>Crimes contra a humanidade</i>	917
c) <i>Crimes de guerra</i>	918
d) <i>Crime de agressão</i>	920
6. A regra da responsabilidade penal individual	923
7. As aparentes antinomias entre o Estatuto de Roma e a Constituição brasileira	925
a) <i>A entrega de nacionais ao TPI</i>	926
b) <i>A pena de prisão perpétua</i>	928
c) <i>A questão das imunidades e o foro por prerrogativa de função</i>	930
d) <i>A questão da reserva legal</i>	931
e) <i>A questão do respeito à coisa julgada</i>	931
8. Conclusão	933

Capítulo II

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Seção I – O Fenômeno da Proteção Internacional do Meio Ambiente.....	935
1. Introdução	935
2. Emergência e maturidade do Direito Internacional do Meio Ambiente	937
3. Instrumentos internacionais de proteção.....	941
4. Recurso às regras do Direito Internacional clássico	943
Seção II – Fontes do Direito Internacional do Meio Ambiente	943
1. Introdução	943
2. Rol das fontes formais.....	944
a) <i>Tratados internacionais</i>	944
b) <i>Costume internacional</i>	946
c) <i>Princípios gerais de direito</i>	946
d) <i>Doutrina e jurisprudência internacionais</i>	947
e) <i>Decisões e resoluções das organizações internacionais</i>	947
3. Reavaliação das fontes.....	948
Seção III – Meio Ambiente e Direitos Humanos	948
1. O direito ao meio ambiente como um direito humano fundamental	948
2. A proteção do meio ambiente no Direito brasileiro	952
3. A positivação do direito ao meio ambiente sadio no sistema interamericano.....	954
4. A proteção do meio ambiente nas instâncias regionais de direitos humanos	954
a) <i>Sistema regional interamericano</i>	955
b) <i>Sistema regional europeu</i>	956

5. Inter-relação dos direitos humanos com o meio ambiente em outros instrumentos internacionais.....	958
6. Conclusão.....	960
Plano da Parte V.....	961

PARTE V DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Capítulo I

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Seção I – Fundamentos, Objetivos e Dimensão Atual do Direito Internacional do Trabalho....	965
1. Introdução.....	965
2. Fundamentos.....	967
3. Objetivos.....	968
4. A dimensão atual do Direito Internacional do Trabalho.....	969
5. Padrões trabalhistas mínimos e <i>dumping</i> social.....	969
a) <i>Posição dos países desenvolvidos</i>	970
b) <i>Posição dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento</i>	972
c) <i>A alternativa do “selo social”</i>	973
Seção II – A Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	973
1. Introdução.....	973
2. Finalidades.....	975
3. Competência.....	976
4. Natureza jurídica.....	977
5. Membro.....	977
6. Estrutura orgânica.....	979

Capítulo II

CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA OIT

Seção I – As Convenções da OIT.....	983
1. Considerações gerais.....	983
2. Conceito de convenção.....	984
3. Natureza jurídica.....	985
4. Método negocial.....	986
5. Vigência internacional.....	986
6. Integração ao Direito brasileiro.....	987
7. Incorporação material e formal.....	991
8. Primazia da norma mais favorável.....	993
9. Interpretação das convenções.....	995
Seção II – As Recomendações da OIT.....	995
1. Conceito de recomendação.....	995
2. Natureza jurídica.....	997
3. Integração ao Direito brasileiro.....	997
Plano da Parte VI.....	998

PARTE VI
CONFLITOS INTERNACIONAIS

Capítulo I

SOLUÇÕES PACÍFICAS DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

Seção I – Regras Gerais sobre Soluções de Controvérsias	1001
1. Introdução	1001
2. Conceito de controvérsias internacionais	1001
3. Finalidade da matéria	1002
4. Regra das Nações Unidas	1003
5. Tratado Interamericano de Assistência Recíproca	1004
6. Hierarquia dos meios de solução de controvérsias	1005
Seção II – Meios Diplomáticos	1006
1. Características da solução diplomática	1006
2. Negociação direta	1006
3. Bons ofícios	1007
4. Sistema de consultas	1008
5. Mediação	1008
6. Conciliação	1009
7. Inquérito	1010
Seção III – Meios políticos	1011
1. Entendimento	1011
2. Mecanismos de controle	1011
3. A regra da não ingerência em assuntos internos	1012
Seção IV – Meio Semijudicial (Arbitragem)	1016
1. Diferenças conceituais	1016
2. A arbitragem internacional	1017
3. Os árbitros	1018
4. Cláusula arbitral	1019
5. O processo arbitral	1019
6. Laudo arbitral	1020
7. Formas de arbitragem	1021
Seção V – Meios Judiciais	1021
1. Introdução	1021
2. A Corte Internacional de Justiça	1023
a) Regras sobre os juízes	1024
b) Competência contenciosa e consultiva	1024
c) Competência em razão da matéria	1027
d) Aceite à jurisdição contenciosa	1027
e) Sentença da Corte	1028
f) Idiomas oficiais	1029
3. Tribunais regionais e especializados	1029
4. Consentimento estatal	1030

Seção VI – Sanções ou Meios Coercitivos.....	1031
1. Finalidade dos meios coercitivos.....	1031
2. Retorsão	1031
3. Represálias.....	1033
4. Embargo.....	1033
5. Boicotagem.....	1034
6. Bloqueio pacífico.....	1035
7. Rompimento das relações diplomáticas	1035
8. Sanções coletivas internacionais.....	1035

Capítulo II

GUERRA E NEUTRALIDADE

Seção I – A Guerra	1037
1. Introdução	1037
2. Guerra e tecnologia	1037
3. Brevíssima gênese da guerra	1038
4. Definição de guerra.....	1039
5. Proibição jurídica da guerra.....	1039
6. As leis da guerra.....	1042
7. A declaração de guerra	1042
8. Efeitos da declaração de guerra	1044
9. As hostilidades	1044
10. Término da guerra.....	1045
11. A legítima defesa.....	1046
12. Crimes de guerra	1050
13. O terrorismo em Direito Internacional	1050
Seção II – A Neutralidade	1055
1. Conceito de neutralidade	1055
2. Críticas ao sistema da neutralidade	1056
3. Neutralidade e neutralização	1056
4. Formas de manifestação	1057
5. Neutralidade nas organizações internacionais	1057
6. O futuro do sistema de neutralidade	1058

PARTE VII

FUTURO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Capítulo I

SURPRESAS E INCERTEZAS

1. Ainda o interestatismo.....	1061
2. Globalização das crises	1062
3. Vontade e razão.....	1064
4. Reconfiguração da ordem internacional	1065

Capítulo II**NOVA ORDEM INTERNACIONAL**

1. Qual nova ordem?	1069
2. Cessão de soberania	1070
3. Cooperação multilateral	1072
4. Solidariedade internacional	1073
5. Conclusão	1074
Referências Bibliográficas.....	1077
Obras do Autor	1147